



Eixo temático: Território Governança e Mercado de trabalho

## **OS ESTUDOS DA LITERATURA SOBRE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL COMBASE NOS CRITÉRIOS DE ESG: OS ACHADOS CIENTÍFICOS**

### ***LITERATURE STUDIES ON CORPORATE SUSTAINABILITY BASED ON ESG CRITERIA: SCIENTIFIC FINDINGS***

**Thiara Mourão Fernandes da Costa<sup>1</sup>**

**Geísa Pereira Marcilio Nogueira<sup>2</sup>**

#### **RESUMO**

Este estudo aborda a crescente relevância das práticas ESG (Environmental, Social, and Governance) no cenário corporativo global e brasileiro, em um contexto em que as sociedades capitalistas estão cada vez mais exigentes quanto à responsabilidade social e ambiental das empresas. A crescente pressão da sociedade civil, da mídia e do mercado competitivo têm levado as organizações a adotar práticas que conciliem a busca pelo lucro com a responsabilidade social corporativa. O objetivo deste estudo é analisar e sintetizar os principais achados das pesquisas brasileiras sobre a implementação e os impactos das práticas de sustentabilidade empresarial nas empresas brasileiras, com foco nos critérios ESG (Environmental, Social, and Governance), visando identificar tendências, desafios e oportunidades no contexto nacional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, abrangendo artigos científicos publicados no Brasil entre 2010 e 2024. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória, cujas fontes consultadas incluem bases de dados como Scielo, Redalyc e Google Acadêmico, utilizando descritores como "sustentabilidade empresarial", responsabilidade social e "ESG". Foram selecionados 12 artigos para análise, além de livros e relatórios corporativos relevantes. Como resultado constatou-se que as pesquisas se concentram-se na avaliação financeiro-econômico baseando-se na listagem ISE(B3) do Brasil de caráter contábil- quantitativo. Poucas pesquisas qualitativas que apontem sobre as boas práticas de ESG nas empresas, seus desafios e implementações. Foi demonstrado uma concentração maior de artigos dos últimos 5 anos ainda de maneira seminal com apresentações de resultados preliminares que carecem de aprofundamento para entender a dinâmica organizacional brasileira na adoção das práticas ESG e sua relação com os stakeholders.

<sup>1</sup> Mestre em Políticas Sociais, doutoranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidade - UCAM, thiaramourao@gmail.com

<sup>2</sup> Pós - Doutoranda em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Docente do Programa de pós em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – UCAM, geisa.marcilio@ucam-campos.br

**Palavras-chave:** Sustentabilidade empresarial; ESG; Responsabilidade Social Corporativa, Desenvolvimento sustentável

#### **ABSTRACT**

*This study addresses the growing relevance of ESG (Environmental, Social, and Governance) practices in the global and Brazilian corporate landscape, in a context where capitalist societies are increasingly demanding regarding companies' social and environmental responsibility. The rising pressure from civil society, the media, and competitive markets has led organizations to adopt practices that reconcile the pursuit of profit with corporate social responsibility. The aim of this study is to analyze and synthesize the main findings of Brazilian research on the implementation and impacts of corporate sustainability practices in Brazilian companies, focusing on ESG criteria (Environmental, Social, and Governance), with the objective of identifying trends, challenges, and opportunities in the national context. To this end, a qualitative bibliographic research was conducted, encompassing scientific articles published in Brazil between 2010 and 2024. This exploratory bibliographic research consulted sources including databases such as Scielo, Redalyc, and Google Scholar, using descriptors like "corporate sustainability," "social responsibility," and "ESG." A total of 12 articles, along with relevant books and corporate reports, were selected for analysis. The results indicate that the research focuses on financial-economic evaluations based on the ISE (B3) listing in Brazil, characterized by accounting-quantitative approaches. There are few qualitative studies that address best practices in ESG among companies, along with their challenges and implementations. A greater concentration of articles from the last five years was observed, still in a seminal stage with preliminary results that require further exploration to understand the Brazilian organizational dynamics in adopting ESG practices and their relationship with stakeholders.*

**Keywords:** Corporate Sustainability; ESG; Corporate Social Responsibility; Sustainable Development

## **1. INTRODUÇÃO**

As sociedades capitalistas ocidentais têm buscado regulamentações para orientar os negócios, uma vez que estão cada vez mais conscientes dos direitos da sociedade, que, por sua vez, passou a exigir mais das empresas. No século XXI, as atividades empresariais enfrentam rigorosa vigilância, além das pressões do mercado concorrencial, da mídia e da sociedade civil organizada. Nesse contexto, as empresas podem sofrer prejuízos quando são apontadas como responsáveis por danos sociais e ambientais. A tradicional lógica de maximização de lucros, assim, enfrenta desafios com a nova abordagem que combina o lucro com a responsabilidade social corporativa (Araujo, Correa, Câmara, 2022; Srour, 2017).

A produção de bens e serviços envolve não apenas custos econômicos, mas também ambientais e sociais. Surge, então, o questionamento: as empresas têm agido de forma responsável ao considerar suas contrapartidas socioeconômicas na exploração de bens e recursos naturais? A sustentabilidade nos negócios depende fortemente da credibilidade e reputação da empresa, sendo sua lucratividade diretamente relacionada a estratégias que trazem

benefícios tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente (Assunção, Almeida, Porto, 2024). Entretanto, as empresas não adotam tais práticas espontaneamente, mas sim em resposta à pressão da sociedade civil (Srouf, 2017).

A partir de 2015, com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o desenvolvimento sustentável ganhou relevância, com ênfase no crescimento econômico inclusivo e na industrialização sustentável (UNIC-Rio, 2016). Esse movimento aumentou a demanda por práticas empresariais transparentes e sustentáveis, impulsionando a adoção dos critérios ESG (Environmental, Social, and Governance), introduzidos globalmente em 2004 com a publicação "Who Cares Wins", promovida pelo Pacto Global em parceria com o Banco Mundial. No Brasil, o conceito ESG ganhou destaque a partir de 2020 (Assunção, Almeida, Porto, 2024; Iriguaray, Stocker, 2022; Tietz, 2023).

No contexto brasileiro, embora os critérios ESG ofereçam um modelo estruturado para avaliar o impacto ambiental, social e de governança das empresas, sua adoção ainda é desigual, variando significativamente entre setores e empresas de diferentes portes. Além disso, há uma carência de estudos que investiguem como essas práticas ESG influenciam a análise de risco e retorno no Brasil (Schleinch, 2022). A literatura sobre ESG no país ainda é limitada, especialmente no que tange a pesquisas empíricas que mapeiem a aplicação dos indicadores ESG, as estratégias adotadas e os desafios enfrentados pelas empresas.

Este estudo tem como objetivo compreender e apresentar os principais resultados das pesquisas brasileiras sobre práticas de sustentabilidade empresarial com base nos critérios ESG, analisando como essas práticas têm sido adotadas e quais os desafios e resultados observados nas empresas brasileiras.

A literatura indica que a adoção de práticas ESG pode trazer benefícios significativos, como a melhoria do desempenho financeiro e o fortalecimento da reputação corporativa. No entanto, desafios substanciais ainda persistem, incluindo questões regulatórias e culturais. Dado o cenário de crescente demanda por práticas sustentáveis e a consolidação da responsabilidade empresarial perante a sociedade, este estudo é relevante para entender como as empresas brasileiras estão incorporando os critérios ESG e de que maneira essas práticas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável (Araujo, Correa; Câmara, 2022; Farias e Barreiros, 2020).

A metodologia adotada foi um estudo bibliográfico de cunho qualitativo. A seleção dos artigos seguiu critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Para serem incluídos na análise, os artigos precisavam ter sido publicados entre 2010 e 2024, tratar diretamente de práticas de sustentabilidade empresarial com foco nos critérios ESG, e abordar o contexto

empresarial brasileiro. Além disso, foram considerados apenas artigos revisados por pares e escritos em língua portuguesa. Artigos que não apresentavam relevância empírica ou teórica para o cenário brasileiro foram excluídos, bem como publicações anteriores a 2010 e textos de opinião ou sem revisão por pares.

A busca foi realizada nas bases de dados Scielo, Redalyc e Google Acadêmico, utilizando descritores como 'sustentabilidade empresarial', 'ESG', 'ambiental, social e governança', 'responsabilidade social' e 'desenvolvimento sustentável'. O processo de seleção envolveu uma análise inicial dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos artigos que atendiam aos critérios de inclusão. Ao final, foram selecionados 12 artigos que apresentavam uma variedade de abordagens sobre as práticas ESG no Brasil.

## 2.1 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E ESG: UM PERCURSO ANALÍTICO DOS TERMOS

O termo sustentabilidade empresarial está cada vez mais difundida no ambiente empresarial e diretamente relacionado a ações desenvolvidas no âmbito organizacional que visam a manutenção das atividades produtivas, sem, contudo, comprometer a integridade dos recursos naturais disponíveis. Essa perspectiva trabalha com estratégias viáveis para que as práticas atuais não atinjam negativamente as gerações futuras (Silva, 2023). Embora se discuta sobre esse assunto há sete décadas, a ênfase sobre sustentabilidade foi espraiada no início da década de 1990 (Schleich, 2022).

O termo está diretamente ligado à ideia de desenvolvimento sustentável e ganhou ainda mais destaque com a divulgação do relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1991, p.47). Este relatório definiu e consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>, afirmando que ser sustentável significa “atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. A palavra-chave aqui é “necessidade”, que envolve tanto as necessidades atuais quanto as futuras, com especial atenção

---

<sup>3</sup> A preocupação com o desenvolvimento sustentável perpassa por diversas Conferências, Comissões e Acordos Globais em prol de pensar como podemos agir em medidas sustentáveis. Desde 1972, em Estocolmo, com a Conferência ONU para o Meio Ambiente Humano e a Declaração de Estocolmo” à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de 2015, em Nova York, da ONU tem-se desenhados plano de ações que visam estabelecer orientações e conceitos a serem seguidos pelos países em buscar de atingir o desenvolvimento sustentável. Assim também, a “conceituação desenvolvimento sustentável vem evoluindo de acordo com novas descobertas novas estruturas conceituais, por ser um campo de estudo que pode ser abordado por diversos ângulos e campos do conhecimento”. (Nossa; Rodrigues, 2017, p. 90)

para os mais pobres e vulneráveis, unindo o social ao econômico. Pensar em desenvolvimento exige que os atores sociais tenham a capacidade de projetar transformações econômicas e sociais, considerando o acesso aos recursos e a distribuição dos custos e benefícios, além de se atentarem às necessidades presentes em harmonia com as necessidades e habilidades das gerações futuras.

Toda essa perspectiva conceitual sobre desenvolvimento sustentável provocada pela ONU se popularizou mundialmente e se difundiu a partir da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992 na denominada Agenda 21. Os 40 capítulos deste tratado se propôs “guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável”. A vertente da agenda se propunha a direcionar suas ações na conscientização da população, na promoção do ensino e na promoção do treinamento. Tem-se a busca pela criação de uma consciência ecológica da redução no ritmo destrutivo da atividade humana sobre a natureza (Maia; Pires, 2011, (p.57)).

Logo, ao tratar sobre desenvolvimento sustentável, o modelo clássico mais difundido perpassou por analisar a sustentabilidade em três dimensões: o social, o econômico e o ambiental. Tais dimensões implicariam em estimular, por exemplo, as empresas a mudarem sua cosmovisão ante aos negócios e pensarem no aumento padrão de vida econômico das pessoas; aos impactos de suas atividades ao meio ambiente e a se preocuparem com a vida social e comunitária dos envolvidos com a empresas, tanto no ambiente externo quanto no ambiente interno. E tais dimensões não podem ser trabalhadas isoladamente, mas precisam estar em sinergia (Valmiro Nossa; Rodrigues, Neris Nossa, 2017) (Mecca, Oliveira et al., 2023) (Maia; Pires, 2011). Houve incorporação por diversos estudiosos da área, de outras dimensões, tais como: ética e moralidade; política e institucional; técnica; cultura e espiritualidade (Valmiro Nossa; Rodrigues, Neris Nossa, 2017)

Mas em termos operacionais para analisar a organização sobre esses critérios de sustentabilidade, as mais exequíveis de estudo tem sido o tripé da sustentabilidade. O econômico (equilíbrio entre recebimentos e pagamentos no fluxo de caixa; preços e salários justos; investimento em estrutura, equipamento, treinamento e marketing; e financiamento viável etc.); o social (segurança, bem-estar, parceria e interação e apoio/parceria social); ambiental (prevenção e redução contínua de emissão de resíduos tóxicos; processos e tecnologias de produção mais limpa; o ciclo de vida dos participação em projetos de preservação etc.) (Maia; Pires, 2011).

Contudo, é relevante mencionar o que Valmiro Nossa, Rodrigues e Neri Nossa (2017) chamam a atenção: há uma falta de consenso sobre a definição do termo sustentabilidade por se tratar de sistema complexo de análise e por dispor de múltiplas áreas de conhecimento sem dar-lhe uma linearidade. Já, Oliveira, Pimentel e Amâncio (2008) apontam que o termo tem muitos significados ou que o uso massivo do termo tem levado ao esvaziamento de significado. Tais apontamentos contribuem para a compreensão de que a sustentabilidade vai depender das diferentes interpretações e seus direcionamentos políticos. O fato do termo ser polissêmico e ao mesmo tempo genérica, por vezes desperta descrença em sua viabilidade, trazida pela dificuldade de operacionalizar o conceito (Silveira; Petrini, 2018).

Mas apesar das abordagens conceituais<sup>4</sup> e métodos diferentes há uma percepção partilhada “de que, se não forem protegidas, as futuras gerações viverão em um ambiente mais hostil do que foi vivido no passado ou no presente” (Valmiro Nossa; Rodrigues, Neri Nossa, 2017, p. 88)

Assim, esses avanços das discussões sobre o desenvolvimento sustentável e as consequências para o planeta e humanidade nas diferentes esferas sociais e ambientais, viu-se a necessidade imperativa de iniciativas para concebê-la e materializá-la no contexto das organizações empresariais. A sustentabilidade passou a ser entendida como um modelo de negócios envolvendo o escopo econômico, social e ambiental, fundamentados no tripé clássico e consensual de sustentabilidade<sup>5</sup> que foi preconizado pelo autor Elkington (1999) (tripe botton line) equilibrando os impactos sociais (pessoas), ambientais (planeta) e nos resultados financeiros (lucros/acionistas).

A partir de 2010, especialmente com a implementação dos ODS, as empresas passaram a focar suas ações na reutilização de recursos, na redução de resíduos e na adoção de atitudes proativas, em vez de reativas, alinhando suas estratégias com as metas globais de sustentabilidade (Silveira e Petrini, 2018). As práticas de ESG impostas pelas empresas devem

---

<sup>4</sup> Maia e Pires (2011, p.182) discutem o surgimento de teorias econômicas sobre sustentabilidade, que emergiram devido às questões ambientais das décadas de 1960 e 1970. O ambientalismo influenciou significativamente os estudos científicos, incorporando a perspectiva ecológica em suas abordagens. Dessa forma, as pesquisas econômicas passaram a ser impactadas por essa influência, resultando em duas importantes vertentes teóricas voltadas ao desenvolvimento sustentável: a economia ecológica e a economia ambiental (ecosocioeconomia).

<sup>5</sup> Além disso, Maia e Pires (2011) afirmam que o trabalho de Sachs (2002) com suas oito dimensões da sustentabilidade tem influenciado o discurso da sustentabilidade. A composição das oito dimensões são: a social, cultural, a ecológica, a ambiental, a territorial, a econômica, política nacional, política internacional. Tais dimensões conseguiram, segundo os autores, fazer uma análise aprofundada do dinamismo que se tem na interação existente no território e na região, mas, na perspectiva organizacional, os critérios abordados pelas dimensões não são claros.

estar intrinsecamente conectadas aos objetivos da Agenda 2030, com o intuito de promover um "mundo mais justo, solidário e sustentável" (Mazom e Issa, 2021, p.42).

Silva (2023) destaca que a adoção de práticas de sustentabilidade empresarial tornou-se uma ferramenta estratégica de mercado, dado o alcance das atividades ao longo de toda a cadeia produtiva. Dessa forma, a responsabilidade das empresas vai além dos limites internos, estendendo-se aos stakeholders, que frequentemente exigem ações mais eficazes de seus parceiros de mercado. Para que essas empresas alcancem níveis excessivos de sustentabilidade, é necessário que medidas interventivas sejam sistematicamente desenvolvidas em todas as fases da cadeia de suprimentos, desde a coleta de matéria-prima até a distribuição ao consumidor final.

Ademais, a sustentabilidade no mundo corporativo está atrelada às práticas de desempenho financeiro e econômico junto a imagem reputacional que esta empresa dispõe as suas partes interessadas (Pereira, Lucena e Paiva, 2018). Srour (2017) afirma que a reputação de uma empresa vai além de sua imagem, envolvendo a maneira como as expectativas das partes interessadas são reconhecidas e satisfeitas. Trata-se de um ativo intangível, extremamente frágil, pois está relacionada à percepção que o público tem sobre o valor da organização. A reputação está profundamente conectada à confiança coletiva, conferindo legitimidade às políticas e ações realizadas pelas empresas.

Logo, tem sido crescente a prática de empresas que divulgam informações de cunho ESG, pois essa divulgação está atrelada à marca, à imagem e reputação da empresa, dando a elas um efeito positivo no valor de mercado e na performance empresarial (Moreira et al, 2023).

Dentro desse aspecto, tem-se no contexto mundial e nacional índices de sustentabilidade a partir de indicadores que analisam as ações empresariais de responsabilidade social e seus impactos na performance financeira das empresas. Esses índices visam medir a reputação empresarial perante suas ações de sustentabilidade. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – BM&FBOVESPA tem sido o principal na esfera brasileira (Valmiro Nossa; Rodrigues, Neris Nossa, 2017)

Organizações interessadas em práticas sustentáveis, diante deste contexto, começam a se preocupar tanto com os fatores endógenos do seu processo, quanto com os exógenos, procurando adequar suas ações em princípios éticos responsáveis. Ou seja, os parâmetros utilizados precisam passar por um sistematizado planejamento, onde todos os pontos converjam para uma conduta voltada não apenas para os índices econômicos, mas também para o fator socioambiental (Valmiro Nossa; Rodrigues, Neris Nossa, 2017).

Outro ponto interessante destacado por Maia e Pires (2011, p.195) é que “o consenso sobre o que é sustentável ou insustentável deve partir da interação entre decisores dentro da organização, entre outros envolvidos e afetados, ou seja, é um processo interativo contínuo”.

Baseando-se nisso, os indicadores que refletem a sustentabilidade real das empresas, têm ganhado crescente reconhecimento e importância no ambiente corporativo. Esses índices se tornaram tão relevantes que já influenciam as Bolsas de Valores ao redor do mundo. Como resultado, as ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade tendem a ser mais lucrativas em comparação às daquelas que não demonstram a mesma preocupação. A sustentabilidade, que antes era considerada apenas relevante, agora se consolidou como uma questão essencial para as organizações (Costa; Ferezin, 2021).

Dentro do universo discutido sobre sustentabilidade empresarial, o conceito de ESG, que abrange critérios ambientais, sociais e de governança, foi formalizado em 2004. Esse termo surgiu de uma carta das Nações Unidas, enviada às principais instituições financeiras globais, propondo que aderissem a uma iniciativa voltada para o fortalecimento e resiliência dos mercados financeiros através do desenvolvimento sustentável (Schleich, 2022). Mas, “a base teórica e a justificativa conceitual de grande parte dos estudos de ESG - acadêmicos ou não - consistem em Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC)” (Irigaray; Stocker, 2022, p.1).

Na visão clássica a despeito de Responsabilidade Social, por exemplo, defendia-se a ideia de que a responsabilidade das empresas nas atividades sociais limitava-se ao pagamento de impostos e ao cumprimento das leis (prestar conta dos bens recebidos), ficando para o Estado a responsabilidade das questões sociais. E na evolução conceitual do termo, de abordagem contemporânea, a Responsabilidade social englobaria a consideração de múltiplas exigências para além de sua esfera negocial, tais como as relações de parceria entre clientes e fornecedores; preservação do meio ambiente; o respeito aos direitos dos cidadãos; contribuição para o desenvolvimento da comunidade; investimento em segurança do trabalho e desenvolvimento profissional; produtos de qualidade etc. Exigindo das empresas uma postura comportamental proativa e antecipadora dos eventos, bem como periodicidade, método e sistematização de suas ações.

Assim, o tripé da sustentabilidade (econômico, social e ambiental) de Elkington (1999), tem sido chamado de 2004 para cá na abreviação ESG (em português ASG governança; social e ambiental) que sintetiza as práticas adotadas no mundo empresarial, para a elaboração de seus relatórios sociais qualitativos e quantitativos, com foco nas dimensões do TBL (modelo Triple Bottom Line) (Martins; Cunha, 2022). A sigla ESG substituiu o fator econômico

pelo termo governança corporativa, pois oferece uma visão mais abrangente, que vai além dos resultados financeiros, ao incorporar a transparência na divulgação de informações, a atuação de comitês de auditoria, a conduta ética das empresas e o combate à corrupção (Costa; Ferezin, 2021). A governança também pode estar relacionada a capacidade de a empresa criar soluções organizacionais diante de conflitos de ordem ambiental e social, de maneira a estimular e difundir a adoções de práticas inovadoras. Questões estas que se tornaram basilares para sua sobrevivência no mercado (Araujo, Correa; Câmara, 2022).

Já o fator social, “além de lidar com empregados e suas relações, também tem relação com o produto gerado pela empresa. Assim, a qualidade, segurança e acessibilidade ao consumo do que é produzido estão inclusos no ESG”. (Martins; Cunha, 2022, p. 5). Portanto, pode-se perceber que há forte alinhamento estratégico entre o ESG e suas práticas aos objetivos dos objetivos do desenvolvimento sustentável e que estabelece as bases para definir a sustentabilidade empresarial (Lima *et al*, 2023)

Com base no que fora expresso pelos autores a respeito de sustentabilidade, pode-se resumir que a Sustentabilidade empresarial é a capacidade de uma empresa operar a longo prazo, equilibrando valor econômico, preservação ambiental e desenvolvimento social, atendendo às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações. Tal definição, alinha-se frequentemente com o conceito de desenvolvimento sustentável. Isso envolve uma variedade extensa de práticas e metas, como otimização no uso de recursos, responsabilidade social corporativa e impacto na comunidade, como pode ser analisado pelos autores.

Quando se trata de ESG, refere-se à critérios que avaliam o desempenho das empresas em áreas ambientais, sociais e de governança, auxiliando investidores na avaliação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e responsabilidade corporativa. O ESG trata-se de uma abordagem de mensurar, quantificar as atividades empresariais em suas ações sustentáveis, funcionando como pontos de referência para empresas, investidores e partes interessadas, facilitando uma avaliação comparativa do desempenho ESG. Portanto, “os fatores ambiental, social e econômico presentes no tripé da sustentabilidade se entrelaçam aos eixos do ESG (social, ambiental e governança)”. (Mecca *et al*, 2023, p.427).

Portanto, o ESG tem sido utilizada na contemporaneidade como um tipo de métrica, de parâmetro que busca transparecer o alinhamento das empresas com as demandas de responsabilidade social e ambiental. Desde então, tem-se rankings de ESG com benefícios fiscais que apontem para tais ações empresariais que promovam o desenvolvimento não somente econômico, mas o social, ambiental e de governança (Salzedas; Gonzales, 2023).

Essa interligação entre aspectos ambientais, sociais e econômicos levou à adoção do termo ESG, que ganhou popularidade em 2020. O ESG tornou-se uma referência essencial para investidores, acionistas e governos, ao fornecer uma estrutura mensurável para a análise de riscos de gestão em suas avaliações econômico-financeiras (Tietz, 2023).

E, no Brasil, a mudança de comportamento começou acontecer há apenas duas décadas do século XXI, onde, por exemplo, “a rede do Pacto Global da ONU atingiu a quantidade de 1.500 membros em 2021, demonstrando o interesse das empresas em aderir aos fatores ESG”. Assim, historicamente, O ESG tem sido foco para os gestores das empresas preocupados com a sustentabilidade, porém, na atualidade o ESG tem sido referência para o melhoramento de desempenho dos próprios executivos (Plagia, Machado, 2021, p.13270).

Pereira, Lucena e Paiva (2018, p.303) corroboram ao afirmar que a “utilização e divulgação de práticas sustentáveis nos negócios geram respaldo perante os investidores e proporcionam melhor convencimento da sociedade no que se refere à adoção de uma postura socioambiental responsável (...)”. As empresas passam a ser vistas não somente como geradoras de impacto, mas como potenciais para acelerar os objetivos do desenvolvimento sustentável em suas práticas de ESG em suas operações responsáveis sob a ótica de uma postura ética e transparente, respeito pela cidadania e aos direitos humanos, bem como as normas internacionais e nacionais (Lima *et al*, 2023).

## 2.2 OS ESTUDOS SOBRE ESG NO CENÁRIO BRASILEIRO: O QUE AS PESQUISAS TÊM A DIZER?

As pesquisas, de forma geral, estão imersas em apresentar análises estatísticas mensuráveis a partir das empresas catalogadas no Bolsa, Balcão, B3<sup>6</sup>. Martins e Cunha (2022) agruparam informações de outras pesquisas brasileiras sobre ESG e constataram que tais pesquisas tem dado enfoque na análise da relação da sustentabilidade com o desempenho econômico-financeiro, geralmente utilizando os índices da bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), como o ISE e o Ibovespa. Ademais, a partir da leitura de Soares *et al* (2018) percebeu-se há demanda por parte dos investidores de informações quanto a práticas de responsabilidade social nos níveis ambientais, sociais e corporativas praticadas pelas empresas.

---

<sup>6</sup> É importante mencionar que em março de 2017, a BM&F Bovespa realizou uma nova fusão; desta vez, com a Cetip (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). Foi a partir daí que passou a vigorar o atual nome da bolsa de valores: B3, sigla para Brasil, Bolsa e Balcão. A B3 é considerada a maior Bolsa da América Latina. (InfoMoney, 2022).

Inclusive, a pesquisa de Soares et al (2018) evidenciou a relação de acessibilidade de crédito a empresas com práticas socioambientais no sistema financeiro.

Tietz (2023) afirma que o efeito pós-pandemia acelerou a adoção de práticas sustentáveis, impulsionando-as ao proporcionar maior segurança aos investidores no momento de avaliar a aplicação de seus recursos financeiros. Da mesma forma, Santana (2023) ressalta que os principais participantes do mercado financeiro, como credores e acionistas, têm exigido das corporações a divulgação de suas ações ambientais, sociais e de governança. E tais exigências tem pressionado de maneira contundente às empresas adotarem meios de transformações na comunicação do desempenho corporativo.

A pesquisa de revisão sistemática realizada pelos autores Assunção, Almeida e Porto (2024) relataram que o tema ESG ganhou ênfase em países emergentes como o Brasil devido a criação de índices específicos de sustentabilidade com a criação da Bolsa, Balcão (B3)<sup>7</sup> e o seu ISE, bem como o Índice Carbono Eficiente (ICO2). O ISE, criado em 2005, foi o quarto índice de sustentabilidade no mundo, e seu objetivo é promover o conhecimento sobre negócios e organizações sustentáveis, apoiando investidores na tomada de decisão por empresas com melhores práticas de ESG (eficiência econômica, equilíbrio ambiental, governança e justiça social) no mercado de ações brasileiro. Já o ICO2, criado em 2010, foi desenvolvido para fomentar práticas sustentáveis e estimular discussões sobre mudanças climáticas no Brasil. Os autores destacam que esses avanços indicam um crescente amadurecimento do mercado no país.

Em sua análise de pesquisa, Martins e Cunha (2022) também se utilizaram de dados de 106 empresas da B3 objetivando analisar a prática de divulgação de ESG por empresas brasileiras de capital aberto com os seus valores de mercado. E, destacaram que o critério social, entre todos os pontos do ESG, foi o único que conquistou alguma reação do mercado, relativos ao produto final de uma companhia, bem como os de capital humano nas companhias listadas na bolsa de valores. E que “os testes estatísticos revelaram que as empresas brasileiras não apresentaram relação significativa no geral entre os fatores ESG e o valor de mercado” (Martins; Cunha, 2022, p.15). Em outros termos, “pode-se considerar que a divulgação do fator social é

---

<sup>7</sup> No Brasil, a obrigatoriedade de divulgação de informações ESG surgiu em 2016, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinou que as empresas deveriam reportar obrigatoriamente suas informações socioambientais. Essa divulgação pode ocorrer no relatório anual, no formulário de referência ou no relatório de sustentabilidade. Caso as informações não sejam apresentadas, a CVM utiliza a ação “Pratique ou Explique”, exigindo que as empresas justifiquem a ausência da prática. (Bolsa, Brasil, Balcão [B3], 2021, apud Martins; Cunha, p.4). O ISE está fundamentado nos parâmetros do Índice *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), *FTSE4 Good Series* e *Johannesburg Stock Exchange SRI Index*. E o seu intuito é fornecer informações confiáveis na divulgação de ambientes que sejam seguros e rentáveis ao investidor. (Rezende *et al*, 2008 apud Tietz, 2023)

a única, até o momento e de forma geral, que se coloca como relevante para os participantes do mercado de capitais brasileiro” (Martins; Cunha, 2022, p.15).

Moreira *et al* (2023, p. 30), fazendo a análise da literatura existente sobre ESG e o desempenho financeiro, afirmam que não há um consenso nas investigações sobre a criação de valor com a aplicação de ESG nas empresas. Entretanto, é inegável que em adoção de práticas de ESG, “objetiva a redução de conflitos de interesse e gerenciamento de partes interessadas, além de evidenciar boa reputação e compromisso ético perante a sociedade”.

A pesquisa de Moreira *et al* (2023), realizada a partir de uma amostra constituída de empresas brasileiras não financeiras listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) contou com análise de 109 empresas. Os dados levantados demonstraram que, no geral, as companhias apresentam práticas ambientais, sociais e de governança próximas ao nível intermediário. E que as companhias analisadas estão conseguindo extrair eficiência das aplicações de recursos realizados.

Esses autores concluíram que as empresas que apresentam maiores índices de desempenho superior à média foram as empresas que estavam no estágio de maturidade, bem como as da fase de crescimento, sendo a dimensão social a que obteve maior destaque, sobressaindo-se às demais dimensões ESG. Apesar de as empresas em estágio de crescimento, apresentarem valor de mercado um pouco inferior às empresas em estágio de maturidade, no que tange a níveis ESG superiores à média, elas superaram até mesmo as empresas em fase de maturidade. E, por fim, essa pesquisa enfatizou que a maior parte das empresas que apresentaram níveis ESG inferiores à média se encontrava nas fases de nascimento, turbulência e declínio, sendo a dimensão governança a mais representativa para essas empresas em seus diferentes estágios (Moreira *et al*, 2022).

Silveira e Petrini (2018) relataram que estudos sobre os relatórios de sustentabilidade devem ser aperfeiçoados, mas destacaram a sua relevância para explicar e quantificar o desempenho empresarial, descrevendo o nível de dependência e impactos da empresa em relação a diferentes recursos e seus relacionamentos. A criação e índices de sustentabilidade contribuem para a tomada de decisão, por conseguirem mensurar os impactos que seus produtos e processos podem causar ambiental e socialmente.

Silveira e Petrini (2018) em seu estudo bibliométrico sobre a temática responsabilidade social e sustentabilidade empresarial apontam que os estudos analisam a relevância e desafio de ter gestores, cuja liderança seja capaz de efetivar a sustentabilidade nos processos de tomada de decisão, como também serem os promotores de uma cultura organizacional do bem-estar.

Isso significa dizer que os gestores desempenham um papel de internalizar os aspectos sociais, ambientais no ambiente organizacional de forma integrada no que concerne a sustentabilidade.

Portanto, o desafio é que as dimensões ambiental, social e de governança do ESG só se mostrará favorável ao desempenho quando estiverem associadas a três capacidades específicas: visão compartilhada, gestão das partes interessadas e proatividade, num ambiente que seja fértil para internalizar valores e comportamentos nesta direção sustentável.

Neste contexto, a pesquisa realizada por Schleich (2022) com 106 empresas brasileiras, disponíveis no sistema Refinitiv ESG Scores entre 2015 e 2019, analisou a dimensão social na categoria colaboradores, que abrange saúde, segurança, treinamento, desenvolvimento, diversidade e oportunidades. Os resultados mostraram que muitas empresas nos níveis mais altos de ESG já implementaram diversas políticas voltadas para os colaboradores; no entanto, a prática ainda não está à altura dessas políticas. A autora destaca uma lacuna entre o discurso e a prática em relação às melhorias na gestão de pessoas, o que pode resultar em consequências negativas para a produtividade.

Sendo assim, a estratégia empresarial, segundo o estudo feito pelos autores Silveira e Petrini (2018), é que as empresas persistam num trabalho contínuo de investimentos em ações sustentáveis. E, a partir disso, solidifiquem relações estreitas com as suas partes interessadas. O estudo de Silveira e Petrini (2018), demonstrou que os consumidores estão mais propensos a comprar produtos de empresas que adotam contrapartidas em relação a sustentabilidade. E que as empresas deveriam deixar de adotar comportamentos reativos e iniciativas isoladas, buscando, em vez disso, incorporar práticas socioambientais de forma integrada em suas estratégias de negócios.

Conforme já mencionado, as pesquisas realizadas no Brasil nos últimos 10 anos são especificações em grandes empresas, sem uma análise mais direcionada para pequenas e médias empresas brasileiras. Uma pesquisa de Lima *et al.* (2023), por exemplo, focou no estudo de duas grandes empresas, buscando analisar a aplicação das normas ABNT 2030, ISO 2600 e ISO 14000, e como essas normas são adotadas em práticas ESG, em integração com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A análise mostrou que essas duas empresas apresentam mais ações no campo da governança, seguidas por ações na área ambiental, com menor ênfase no campo social, especialmente em relação aos direitos humanos e à promoção de responsabilidade social. No campo ambiental, chamou a atenção a ausência de ações externas para a gestão ambiental e prevenção da poluição. No entanto, o estudo carece de uma discussão mais aprofundada sobre os dados apresentados, assim como de comentários mais conclusivos sobre os desafios enfrentados pelo cenário empresarial brasileiro.

Carlos (2024, p.10) em sua pesquisa concentrou em analisar as práticas ESG das companhias seguradoras brasileiras listadas na B3, identificando seus resultados, lacunas e pontos de melhoria. Em seus resultados, o autor identificou um leque de práticas de ESG nestas empresas, tais como “gestão de emissões de gases, ecoeficiência, subscrição de riscos climáticos e programas de educação socioambiental. No entanto, também foram observadas áreas para melhoria, como a necessidade de mais ações voltadas para a inclusão financeira e social”.

Neste campo social, as empresas seguradoras investiram na sensibilização das questões gênero e diversidade. Tais seguradoras também elevaram seus olhos para produtos voltados para a populações de baixa renda, também na promoção da educação financeira contribuindo para inclusão financeira e social. Já na prática de governança, foram voltadas ações de maior transparência e respeito à Lei Estatais e às exigências estabelecidas para Licitações e Contratos (Carlos, 2024).

Mas o autor observa que as práticas de ESG nessas empresas ainda são rasas embora em constante evolução, principalmente pelo nível de sensibilização e conscientização de clientes que procuram empresas que tenham serviços e produtos sustentáveis. As empresas, relata o autor, precisam de práticas integradas entre os três pontos do ESG, principalmente nas práticas de inclusão social e financeiro (Carlos, 2024).

Checon e Santana (2023) objetivou investigar de que forma a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)<sup>8</sup> pode contribuir como fonte de divulgação de informação financeira com objetivo social comparativamente à medida Ambiental, Social e de Governança (ESG) disponível em mercado. Para isso, os autores avaliaram 388 empresas brasileiras listada na B3 de 2010 a 2022 coletando informações relativas ao valor adicionado distribuídos nestas empresas assim como os respectivos índices ESG agregados, por pilares e por score da base Refinitiv Eikon.

Na apresentação dos dados e na mensuração dos resultados, foram fornecidos que as categorias de valor adicionadas distribuídas se agruparam apenas sob a perspectiva de governança, sem uma relação direta com os aspectos ambientais e sociais. Os pilares Ambiental e Social formaram um fator separado, sem compartilhar semelhanças com a Demonstração do

---

<sup>8</sup> A DVA é uma demonstração contábil que evidencia o valor da riqueza econômica gerada pela atividade empresarial em um exercício fiscal, resultante do esforço de quatro partes principais: (i) empregados, (ii) governo, (iii) credores e (iv) sócios. Embora apenas um país exija a divulgação obrigatória da DVA, algumas empresas globalmente optam por reportar voluntariamente informações sobre "valor econômico" como parte das suas responsabilidades sociais corporativas, utilizando o framework da Global Reporting Initiative (GRI) (Checon e Santana, 2023).

Valor Adicionado (DVA). Apenas o pilar Ambiental apresentou um brilho positivo com as variáveis de distribuição de valor adicionadas, de forma mais específica (Checon e Santana, 2023).

Observa-se que pesquisas utilizando dados contábeis e métricas financeiras frequentemente adotam um perfil metodológico quantitativo semelhante. Seus resultados indicam que, do ponto de vista econômico-financeiro, as empresas listadas em bolsas de valores, incluindo as que fazem parte do ISE (B3), apresentam desdobramentos financeiros similares. Entre os pilares analisados, a governança tem se destacado como a variável mais positiva. Embora sejam reconhecidos avanços nas áreas ambiental e social, esses fatores têm gerado menores impactos financeiros a curto prazo.

Percebe-se que está se consolidando um discurso no qual as práticas de ESG não são mais vistas como custos, mas sim como investimentos nas áreas social, ambiental e de governança. Os resultados de longo prazo têm demonstrado a manutenção e prevalência de taxas de lucratividade expressivas, sendo que nenhum dos estudos apresentados indicou impacto negativo na aferição do lucro.

Nos estudos de Farias e Barreiros (2020, p.43) apresentaram os desafios das empresas brasileiras na adoção e consolidação de práticas ESG. Em sua pesquisa, estes autores destacaram que “mais de 85,4% dos gestores de investimentos do país sabem o que é ESG e usam os critérios para tomada de decisões, apresentando, deste modo, um crescimento exponencial nos últimos anos”. Em destaque as empresas de capital aberto têm formado comitês específicos para tratar dessas questões concernentes a sustentabilidade para inserir as práticas de ESG como parte de sua cultura organizacional. Igualmente, de acordo com uma pesquisa feita com as empresas que integram o ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, 83% delas têm processos para integrar os ODS às suas estratégias, metas e resultados (Pacto Global, 2021).

As empresas analisadas neste estudo são de grande porte, tanto nacionais quanto internacionais, com destaque para Natura, Carrefour, Shell e JBS. A análise mostrou que essas empresas adotaram medidas de ESG após pressões societárias. No caso do Carrefour, por exemplo, após escândalos envolvendo racismo e precarização do trabalho em suas lojas, a empresa implementou ações de contrapartida, como campanhas de combate ao racismo, investimentos no empreendedorismo negro e criação de ouvidorias. Já a Shell, em um contexto global, foi condenada pelo Tribunal de Haia por sua responsabilidade no aquecimento global e violação dos direitos humanos, sendo ordenada a reduzir suas emissões de gases em 45% (Farias; Barreiros, 2020).

A Natura vem adotando práticas sustentáveis e de responsabilidade desde 2001, se tornando, no Brasil modelo de sucesso quanto a aplicação de normas de responsabilidade social a níveis internacionais aos padrões ESG. Segundo pesquisa realizada por Salzedas e Gonzales (2023) sobre a Natura, relatou que ela é considerada a maior multinacional brasileira e a primeira no ranking de ESG (Monitor empresarial de reputação Corporativa), ou seja, empresa destaque em práticas ESG no Brasil. Ademais, O Índice de Sustentabilidade Empresarial, elaborado pela B3 em 2022, tem a Natura S.A como quinta colocada e a primeira do setor de cosméticos que faz aparição na listagem.

Já a JBS começou a aplicar algumas práticas de ESG devido a vários escândalos que envolveram desmatamento, corrupção, precarização das relações de trabalho ao longo da pandemia Covid. 19. E com isso, os investidores divulgaram os planos da empresa para diminuição de emissão de carbono, monitoramento de fornecedores quanto a questões de desmatamento que envolva pasto para o gado. Mas, no estudo não apontou a adoção de práticas voltadas para os funcionários (Farias; Barreiros 2020).

Interessante mencionar que a maioria das empresas analisadas são multinacionais e que o estudo não revelou de forma contundentes as práticas adotadas de maneira sistematizada que poderiam apontar como essas empresas gerenciam essas ações no conjunto organizacional e, muito menos, demonstrou os impactos reais das ações sobre o território brasileiro. O que carece de aprofundamento dos estudos de casos e suas implicações para a empresa e sociedade de suas decisões no campo do ESG.

Mazom e Issa (2021) em suas pesquisas contemplou abordar as práticas de ESG na empresa estatal Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, que tem toda uma análise voltada para sua função social de serviço à coletividade para a sua existência, adotando compromisso éticos, constitucionais, legais e de governança baseando-se no interesse do bem público.

Os autores apresentaram o relatório de sustentabilidade da Petrobras de 2020, orientado por cinco diretrizes. O trabalho se baseou na preservação das comunidades tradicionais impactadas pelas ações da Petrobras, com o objetivo de que os valores de ESG sejam operacionalizados de forma gradual e intergeracional, além de promover a inclusão comunitária por meio da geração de trabalho e renda. As práticas voltadas para a minimização dos impactos negativos da Petrobras incluem a coordenação de ações de conservação ambiental, uso sustentável de recursos naturais, educação ecológica, preservação da biodiversidade e a construção de relacionamentos de confiança e respeito com a comunidade (Mazom e Issa, 2021).

Paglia e Machado (2023) analisaram as contribuições acadêmicas e a evolução das boas práticas de ESG no Brasil entre 2013 e 2023. Neste estudo, constatou-se que os fatores de ESG têm se tornado um importante mecanismo de análise para investidores e consumidores. O levantamento bibliográfico realizado pelos autores demonstrou que a adoção de práticas ESG tem gerado retorno financeiro para as empresas, além de aumentar seu capital reputacional, melhorando, assim, o valor da companhia. Eles também observaram que o tema está em crescimento no Brasil e, portanto, em desenvolvimento, mas que requer estudos aprofundados voltados para pequenas e médias empresas, especialmente no que diz respeito à gestão de pessoas, retenção de talentos, entre outros aspectos.

O único estudo de base qualitativa tendo como procedimento metodológico um estudo de caso baseado em uma empresa de pequeno porte foi realizada pelos autores Mecca *et al* (2023). Nesta pesquisa, os autores propuseram demonstrar, as práticas de ESG foram implementadas na pousada a partir dos critérios da norma ABNT PR 2030<sup>9</sup> (2022). Em referência a norma, os autores enfatizaram que para incorporar as questões ESG em uma organização, é fundamental estabelecer uma definição estratégica, a qual é influenciada por diversos fatores, como: nível de desenvolvimento, condição atual, disposição cultural para a mudança, avanço tecnológico, visibilidade dos temas, tendências de mercado e metas.

Em síntese, a pousada analisada atendeu a vários critérios ESG conforme a ABNT PR 2030 (2022). No âmbito social, a pousada contemplou o impacto social, o respeito aos direitos humanos, a inclusão, o desenvolvimento profissional, a qualidade de vida e o relacionamento com consumidores e fornecedores. Em termos ambientais, a pousada atendeu parcialmente ao critério de uso da água, uma vez que ainda não reutiliza a água da lavanderia. No entanto, promove a conservação da biodiversidade, o uso sustentável do solo e a economia circular. Esta última, segundo a norma, ajuda a reduzir custos e desperdícios, como no caso do artesanato feito com palha de milho descartada, gerando renda para artesãs locais. No aspecto de governança, foram abordados a gestão de riscos, o engajamento das partes interessadas e os controles internos, onde a pousada conseguiu evidenciar com êxito.

Essa pesquisa demonstrou que a aplicação das normas relacionadas aos critérios ESG não é uma tarefa simples. É necessário envolver diversas ações simultâneas e coordenadas para

---

<sup>9</sup> A ABNT PR 2030 é uma norma com diversas práticas e diretrizes envolvendo a implementação do conceito ESG nas empresas brasileiras, indo além das questões ambientais e englobando também fatores sociais e de governança corporativa. Nesta norma, O ESG ficou definido, “como um conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança, a serem considerados, na avaliação de riscos, oportunidades e respectivos impactos com objetivo de nortear atividades, negócios e investimentos sustentáveis” (ABNT PR 2030, 2022, p. 14).

atender aos três eixos e garantir que funcionem em harmonia e eficácia. Essa abordagem exige um planejamento cuidadoso, investimento em equipamentos e atenção nas relações interpessoais.

Nesta seção, pode-se observar que as pesquisas realizadas sobre ESG no Brasil revelam um panorama complexo e em evolução, com ênfase em análises estatísticas e impactos socioeconômicos. Estudos apontam que, apesar do crescimento na adoção de práticas sustentáveis, especialmente após a pandemia, ainda há fragilidades nas dimensões social e ambiental.

A criação de índices como o ISE (B3) e o ICO2 demonstra um amadurecimento do mercado, embora as relações entre ESG e desempenho financeiro permaneçam inconsistentes. O foco das análises recai principalmente sobre grandes corporações, com uma lacuna em pesquisas direcionadas a pequenas e médias empresas. Apesar das pressões do mercado, as práticas de ESG ainda são consideradas superficiais em algumas empresas, destacando a necessidade de integrar ações sustentáveis às estratégias organizacionais. No entanto, a crescente conscientização dos consumidores aponta para uma valorização das iniciativas que promovem inclusão social e ambiental.

## **CONCLUSÃO**

É importante destacar que o interesse e a relevância do ESG ganharam destaque no mundo empresarial do século XXI. Esse foco atraiu a atenção dos investidores, tanto em âmbito internacional quanto nacional, alinhando-se com a agenda do desenvolvimento sustentável. Além disso, pressões sociais exercidas por grupos de interesse têm exigido que produtos e serviços respeitem aspectos sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que cobram das empresas compromissos com uma governança corporativa ética e transparente. Essas práticas estão diretamente ligadas à gestão da reputação e ao gerenciamento de riscos econômicos e financeiros das empresas. Assim, a mensuração contábil do ESG tem se tornado uma referência para análises de investimentos responsáveis.

As pesquisas realizadas em empresas brasileiras mostram que a maioria se concentra nas organizações listadas na B3, abrangendo diversos setores, com foco principal em grandes empresas. No entanto, esse perfil não alcança outras realidades da maioria das empresas brasileiras, que são de médio e pequeno porte. Vale ressaltar que os estudos são predominantemente baseados em estatísticas, carecendo de uma análise mais profunda que integre os aspectos quantitativos aos qualitativos. É essencial realizar uma coleta de dados mais

diversificada, incluindo informações provenientes das outras parte interessadas: como clientes, fornecedores e funcionários.

Outro ponto importante diz respeito à metodologia das pesquisas, que necessita de maior aprofundamento na triangulação de dados. Atualmente, a principal fonte de informação tem sido os dados fornecidos pelas próprias empresas à B3, limitando-se, portanto, a documentos e relatórios divulgados exclusivamente por elas. Apesar disso, as pesquisas apresentadas indicam que o ESG se consolida como um novo modelo de gestão de negócios, tanto internacionalmente quanto no Brasil. Embora o número de empresas brasileiras que adotam práticas ESG tenha crescido, essa adoção ainda não é expressiva, o que faz dessa abordagem um paradigma a ser seguido.

A maioria das pesquisas demonstrou que as empresas que adotam práticas ESG e divulgam seus resultados destacam-se no mercado, mantendo sua resiliência durante períodos de crises e recessões financeiras. Isso sugere que a adoção dessas práticas não envolve apenas custos no processo produtivo, mas pode também resultar em maior eficiência no uso de recursos, melhoria do capital humano e promoção de uma gestão mais inovadora e competitiva. O que contribui para um desenvolvimento econômico promissor e menor exposição a riscos. Além disso, tais práticas consolidam a lucratividade a longo prazo.

No contexto das pesquisas brasileiras, as práticas ESG têm sido predominantemente utilizadas para demonstrar, por meio de demonstrações contábeis, os resultados econômico-financeiros das companhias e sua posição patrimonial. Essa tendência reflete uma associação entre as práticas ESG, lucratividade e sustentabilidade dos negócios. A preocupação maior foi destacar a importância das responsabilidades sociais e ambientais para a lucratividade empresarial e pouca ênfase em demonstrar as práticas como ativos intangíveis para a sociedade e para as gerações futuras. Assim, surgem questões relevantes: quais são os reais compromissos empresariais como parte integrante da vida em sociedade? Quais ações estratégicas garantem a preservação da vida e dos negócios dentro de um projeto societário inclusivo?

Observa-se que muitas empresas ainda adotam práticas ESG de forma reativa e compulsória, como resposta a pressões da sociedade, especialmente quando expostas a escândalos ou à perda de capital de investidores. O ESG é visto por alguns como um custo, com retorno demorado em termos de lucros, e esse imediatismo representa um desafio para os empresários brasileiros. Muitas vezes, eles são pressionados por rankings internacionais de sustentabilidade ao implementar boas práticas sociais, ambientais e de governança, em vez de serem motivados por iniciativas de uma cultura organizacional eticamente responsável.

Portanto, entende-se que as práticas de ESG não devem ser reduzidas a uma mera sigla ou a uma estratégia de marketing reputacional, utilizada para encobrir infrações, ilegalidades e corrupção nas empresas. O incentivo deve ser voltado para que as empresas implementem mudanças significativas, com foco na sociedade e nos impactos gerados por suas atividades relacionadas ao ESG, tanto internamente quanto externamente. Os critérios ESG devem começar a ser utilizados como análise de desempenho pelos consumidores, que podem avaliar quais empresas merecem seu investimento através do consumo consciente de seus produtos.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2022). ABNT PR 2030: Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações. ABNT. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/699780372/ABNT-PR-2030>. Acesso em: 09/10/2024

ARAÚJO, Risolene Alves de Macena; CORREIA, Thamirys de Sousa; CÂMARA, Renata Paes de Barros. Influência da inovação ambiental na sustentabilidade corporativa em companhias latino-americanas. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 29, n. 101, p. 303-328, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92302022v29n0013PT>

ASSUNÇÃO, M. L.; ALMEIDA, F. A. S.; PORTO, M. D. Environmental, social and governance (ESG): uma revisão sistemática. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 16, n. 2, e3248, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n2-083>.

CARLOS, Ed de Almeida. Avanços e desafios das práticas ESG no Brasil: um estudo com seguradoras listadas na B3. *ESG Studies Review*, São Paulo, v. 7, e01616, p. 01-23, jan.-dez. 2024.

CHECON, Bianca Quirantes; SANTANA, Verônica de Fátima. Demonstração do valor adicionado e informações ESG. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, SC, v. 22, p. 1-17, e3409, 2023. ISSN 2237-7662. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4775/477573824015/477573824015.pdf>. Acesso em: 10/09/2024

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./nov./dez. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417504001.pdf>. Acesso em: 10/09/2024

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

COSTA, F.; FERREZIN, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), v. 11, n. 2, p. 24, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/187464>. Acesso em: 28/08/2024

FARIAS, Aline Januário; BARREIROS, Nicolay. Análise da adoção da ASG (Ambiente, Social e Governança) no mercado brasileiro e internacional. DIGE - Direito Internacional e Globalização Econômica, v. 7, n. 7, p. 38-52, 2020. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE>. Acesso em: 01 out. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio. ESG: novo conceito para velhos problemas. Cadernos EBAPE.BR, v. 20, p. 1-4, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YKyfRmPDHhtGm3LG8jW6DQM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28/08/2024

LIMA, Clarisse Melo et al. Avaliação de práticas ESG e sustentabilidade em grandes empresas brasileiras sob a ótica da ABNT PR 203. In: XIV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2023, Natal/RN. Anais... IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.55449/congea.14.23.VII-022>. Acesso em: 08/09/2024.

MAIA, A. G.; PIRES, P. S. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 12, n. 3, Edição Especial, maio/jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300008>. Acesso em 27/08/2024.

MARTINS, M.; CUNHA, M. F. D. A relação da divulgação das práticas ESG com o valor de mercado das empresas brasileiras de capital aberto. 22º USP International Conference in Accounting, 2022. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3784.pdf>.

MAZON, Cassiano; ISSA, Rafael Hamze. Adoção e implementação das práticas ESG (Environmental, Social and Governance) pelas empresas estatais: o programa socioambiental da Petrobras e a preservação das comunidades tradicionais. Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas, 2. Sem. 2021. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/178>. Acesso em 29/09/2024.

MECCA, Marlei Salete; OLIVEIRA, Franco Marcelo; VELHO WITT, Andréia Carla; VELHO, Fabio Daniel. Sustentabilidade e ESG (Environmental, Social and Governance): estudo das operações turísticas de uma pousada na Serra Gaúcha. Turismo - Visão e Ação, v. 25, n. 3, p. 425-444, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v25n3.p425-444>. Acesso em: 25/08/2024.

MOREIRA, C. S. et al. Environmental, social and governance e o ciclo de vida das firmas: evidências no mercado brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, v. 34, n. 92, e1729, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/by855QBR8s6NKrRQwnntHbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18/09/2024.

ONU. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf).

PAGLIA, Fabiano Carlos das Neves; MACHADO, Nelson Santos. Análise das contribuições acadêmicas e a evolução das boas práticas de ESG no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v. 21, n. 9, p. 13253-13279, 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/download/1576/990/3665>. Acesso em: 12/10/2024.

PEREIRA, Mércia de Lima; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; PAIVA, Simone Bastos. Determinantes da divulgação voluntária do relatório de sustentabilidade nas empresas de energia elétrica e de telecomunicações listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 300-321, maio/ago. 2018 Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4716/471659746007/html/>. Acesso em: 27/08/2024.

SALZEDAS, L. F.; GONZALES, A. Benefícios fiscais e governança corporativa: como uma empresa destaque em ESG no Brasil evidencia e reconhece os incentivos: uma análise da Natura S.A. *Redeca*, v. 10, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/62165>. Acesso em: 01/10/2024.

SCHLEICH, Melissa Velasco. Quais são as políticas e práticas em recursos humanos mais utilizadas pelas empresas com melhores índices ESG no Brasil? *RAE*, São Paulo, v. 62, n. 5, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220511> . Acesso em 01/10/2024

SILVA, Fábio Coelho Netto Santos e. Sustentabilidade empresarial e ESG: uma distinção imperativa. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, SP, v. 14, n. 1, p. 247-258, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1510>. Acesso em: 10/09/2024.

SOARES, R. A., PINHEIRO, A. B., ABREU, M. C. S. DE, & MARINO, P. de B. L. P. Efeito do sistema financeiro na evidencição socioambiental de empresas em países emergentes e desenvolvidos. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 21–35, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i2.34035>. Acesso em: 10/10/2024

SROUR, Robert Henry. *Ética empresarial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

TIETZ, Kamilla. Análise dos indicadores de risco econômico-financeiros das companhias com selo ESG: comparação entre as empresas que compõem o ISE e as listadas na BM&FBOVESPA. Revista Científica Hermes, n. 32, p. 228-251, out. 2022-mar. 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477674478007>. Acesso em: 01 out. 2024.